

ADMINISTRAÇÃO QUE TRANSFORMA O PAÍS

A ferramenta permite que gestores acompanhem quanto receberam, quanto já empenharam, liquidaram e pagaram e quais recursos permanecem disponíveis. O objetivo é substituir a dependência de relatórios solicitados às áreas técnicas por uma consulta mais autônoma. “O painel transforma o orçamento em uma ferramenta efetiva de gestão, não apenas em um repositório de dados”, diz o decano. “Primeiro, o painel dá visibilidade ao dado; depois, permite que o gestor compreenda sua real situação orçamentária; e, a partir dessa compreensão, ele tem melhores condições para decidir sobre prioridades e uso dos recursos públicos”, completa.

A transparência também muda a relação da UnB com estudantes, professores, técnicos, pesquisadores e cidadãos. Todos podem consultar uma mesma base para acompanhar a execução dos recursos. “Quando todos consultam a mesma fonte, o debate muda de qualidade”, afirma Arraes. “As discussões sobre orçamento deixam de depender de números apresentados pontualmente em reuniões ou documentos e passam a poder ser verificadas diretamente pela própria comunidade”, defende.

O painel não substitui auditorias. O ganho está no fortalecimento da governança interna e na organização das informações para monitoramento e prestação de contas. A experiência já foi replicada em outro órgão e despertou interesse de instituições federais. “Mais do que uma ferramenta pronta para ser simplesmente copiada, o que a UnB tem a oferecer é um modelo”, afirma Arraes.

A Justiça que ensina

Se na UnB a inovação aproxima o cidadão dos números da administração, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) ela começa pela aproximação entre a Justiça e quem ainda está formando sua compreensão sobre direitos e deveres. Criado em 2025, em parceria com a Secretaria de Educação do DF, o Programa Conhecendo a Justiça do DF estabelece uma via de mão dupla: “A Escola vai à Justiça” e “A Justiça vai à Escola”. Coordenada pela Escola de Formação Judiciária do TJDFT (EjuDFT), dirigida pela desembargadora

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ao aproximar o Tribunal das escolas e os estudantes do Tribunal, o programa cria uma via de mão dupla entre duas instituições fundamentais para a formação cidadã

Desembargadora Gislene Pinheiro, diretora da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

Gislene Pinheiro, a iniciativa leva estudantes ao Tribunal, e magistrados e servidores, às escolas. O programa parte de uma premissa muito simples: a Justiça precisa ser conhecida para ser verdadeiramente acessível. Ao aproximar o

Tribunal das escolas e os estudantes do Tribunal, o programa cria uma via de mão dupla entre duas instituições fundamentais para a formação cidadã”, afirma a diretora.

Os alunos conhecem espaços do Tribunal, participam de atividades como design thinking, bingo jurídico e audiência simulada e conversam diretamente com magistrados. Também discutem temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a partir de situações próximas de sua realidade. “Muitas vezes, uma experiência concreta e significativa produz mais aprendizagem do que uma grande quantidade de informação transmitida de maneira exclusivamente teórica”, explica Gislene. A proposta é transformar o estudante em protagonista. Em vez de apenas ouvir sobre o funcionamento do Judiciário, ele pergunta, participa e experimenta. “O que antes poderia parecer algo abstrato ganha rostos, situações e significado”, afirma a desembargadora.

Para transformar visitas pontuais em uma política contínua, o TJDFT precisou articular órgãos,

preparar equipes, definir fluxos e adaptar as atividades às diferentes faixas etárias. A avaliação também vai além da quantidade de escolas atendidas. Pesquisas de satisfação ajudam a identificar o que os alunos compreenderam, suas dúvidas e mudanças na percepção sobre o Judiciário. “O verdadeiro sucesso está em fazer com que, depois da experiência, o estudante saia do Tribunal sabendo mais sobre a Justiça, sentindo-se mais próximo dela e reconhecendo-se como sujeito de direitos e deveres”, diz Gislene.

O programa também trabalha a equidade. “O acesso à Justiça começa muito antes de uma pessoa precisar ingressar em um processo. Ele começa pelo conhecimento dos próprios direitos e pela compreensão de onde buscar proteção quando esses direitos são violados”, afirma Gislene. O contato com magistrados e servidores ainda apresenta aos jovens possibilidades profissionais. Mas a intenção vai além de despertar vocações: é formar cidadãos capazes de reconhecer seus direitos e buscar os canais institucionais

adequados para garanti-los.

A experiência também reforça a importância da cooperação entre instituições. “O Judiciário possui o conhecimento sobre a Justiça; a escola possui a experiência cotidiana com os estudantes; professores conhecem a realidade de suas comunidades; magistrados e servidores podem traduzir sua experiência profissional em conhecimento acessível”, explica a desembargadora. “Quando essas competências se encontram, todos ganham e, principalmente, o cidadão.”

A formação não termina nos estudantes. Em parceria com a UnB, o TJDFT iniciou o primeiro Doutorado Profissional em Administração Pública para magistrados e servidores, com pesquisas voltadas a desafios concretos da instituição, como acesso a Justiça, governança, inovação, gestão de dados e avaliação de políticas públicas. “Esses estudos contribuem para a geração de conhecimento aplicado e de propostas concretas de melhoria aos problemas reais enfrentados pela instituição”, conclui Gislene.